



## PROPOSTAS DE ÂMBITO ESTADUAL

Nº	Propostas
1	Garantir o respeito ao direito do uso do nome social.
2	Criação de uma unidade de queimados PARA ADULTOS em Santa Catarina.
3	Garantir leitos de internação psiquiátrica nos hospitais gerais no estado de Santa Catarina, e demais dispositivos da reforma psiquiátrica.
4	Garantir por meio das tecnologias de informação (páginas de internet) meios de demonstrar e informar os gastos dos recursos pertencentes às políticas de saúde, bem como promover espaços de capacitação aos usuários e profissionais da rede, de acordo com a política de educação permanente acerca do controle social.
5	Fortalecer o Conselho Estadual de Saúde, garantindo que o Conselho Estadual de Saúde zele pela publicização e implementação das propostas da conferência estadual, e que só possa estar em funcionamento se respeitar a paridade (50% de usuários)
6	Realizar Plano Estadual de Saúde de forma ascendente: regional (SDR) e estadual, em formato de conferência, com paridade de participação em todos os níveis.
7	Descentralizar aos municípios os recursos financeiros para a educação permanente, dando autonomia de uso conforme o Plano Municipal de Educação Permanente em Saúde.
8	Garantir o funcionamento adequado dos serviços de saúde mantidos pelo Estado, com contratação de profissionais exclusivamente via concurso público.
9	Criar incentivos financeiros para a implementação de políticas de saúde do trabalhador, nos municípios, aos trabalhadores do SUS.

10	Aumentar o repasse estadual para os municípios e aumentar seu gasto em assistência em saúde para 15%, gradativamente em 1% ao ano.
11	Vetar o financiamento de planos privados de saúde com recursos públicos para funcionários e agentes públicos, entendendo que esse tipo de financiamento é mais uma forma de privatização da saúde.
12	Criar formas de aumentar a fiscalização dos recursos públicos.
13	Garantir adesão e cumprimento do COAP (Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde), incluindo a formação de centrais únicas de regulação, buscando a transparência das filas de espera para o usuário e toda a rede.
14	Coibir práticas de terceirização e/ou privatização (como OS, Oscip, empresa pública de direito privado, fundações privadas e parcerias público-privadas), garantindo um SUS 100% público e gerenciado pelas Secretarias de Saúde. Eliminar o processo de privatização da gestão e da atenção dos serviços estaduais de saúde, investindo em tecnologias melhores de gestão pública na alocação de recursos humanos, materiais e em logística.
15	Qualificar a gestão da saúde pública, garantindo a profissionalização dos gestores mediante competência técnica comprovada e aprovação por parte do Conselho da respectiva esfera de gestão.
16	Criar legislação que determine que a mídia televisiva, conceda espaço gratuito e em horário comercial para divulgação dos serviços de saúde e estruturação do SUS no Estado, com utilização de todos os meios de comunicação, inclusive horário nobre.
17	Vincular as instituições educacionais e de saúde para a disseminação do conhecimento acerca da saúde e do SUS, inserindo como conteúdo escolar, com a garantia de espaço físico e temporal para as discussões.
18	Utilizar os recursos Estaduais considerando as necessidades municipais como diretriz para seleção de temas de capacitação e educação permanente.

19	Enfatizar o uso de tecnologias sociais/relacionais, tanto nos serviços quanto na formação acadêmica, com a finalidade de, por exemplo, eliminar filas nas pontas dos sistemas, humanizar o atendimento e estabelecer comunidades de aprendizagem voltadas à educação continuada de profissionais e fortalecimento de uma visão positiva sobre o SUS.
20	Assegurar efetiva integração entre serviços que fazem distribuição de tecnologias assistivas, órteses, próteses, e meios auxiliares de locomoção, sendo garantidos o adequado acompanhamento e orientação quanto ao uso destas.
21	Criar um grupo intersetorial para politizar o currículo escolar, incluindo temas com a distribuição tributária, direito trabalhista, distribuição de renda, precarização do trabalho, justiça social, determinação social, questões de gênero e étnico-raciais etc.
22	Criar uma comissão estadual para a racionalização da intervenção judicial na saúde.